



Relatório de Governança Corporativa | 2020

Relatório Anual de acordo com o item 3.2.1 do manual do Pró-Gestão, do RPPS do município de São Paulo.

Superintendente:

Marcia Regina Ungarette

Chefe de Gabinete:

Marcelo Akyama Florencio

Membros Controle interno:

Stephannie Priscilla Oliveira de Moraes

Áreas Participantes:

Divisão de Benefícios

Divisão de Finanças e Contabilidade

Divisão de Assuntos Internos

Assessoria Técnica

Núcleo Financeiro Orçamentário



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 APRESENTAÇÃO.....	3
1.2 OBJETIVO E PERÍODO DE ABRANGÊNCIA.....	7
2. PLANO ANUAL DE TRABALHO	8
3. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	14
4. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL.....	19
5. DADOS DOS SEGURADOS	22
6. RECEITAS E DESPESAS	23
7. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	25
8. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS	25
8.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	25
8.1.1 ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PLANEJAMENTO.....	27
8.2 GERENCIAMENTO DOS CONTRATOS.....	29
8.3 GESTÃO DO SITE DA TRANSPARÊNCIA.....	30
9. CANAIS DE ATENDIMENTO	30
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31



1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

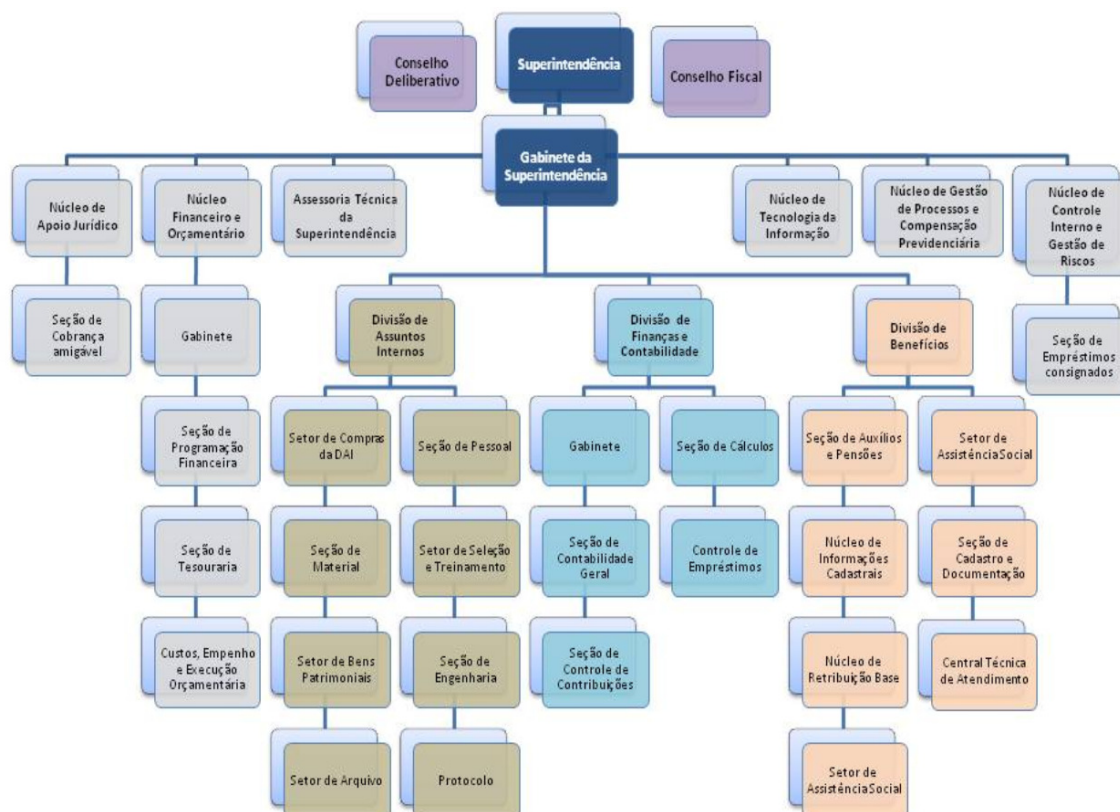
O Instituto de Previdência Municipal de São Paulo é a autarquia responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de São Paulo. Sua atividade principal consiste na análise, administração, manutenção e concessão dos benefícios dos servidores, bem como no processamento dos seus respectivos pagamentos. A missão e a visão do Instituto estão descritas a seguir.

Missão do Instituto: “Garantir os benefícios previdenciários, de forma justa e digna, aos servidores públicos municipais e seus dependentes de direito, além de zelar pela governabilidade, solidariedade e sustentabilidade financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo”

Visão: “Ser a instituição de referência na gestão de Sistemas previdenciários”.

Para cumprir sua missão, o Instituto conta com uma estrutura organizacional que pode ser entendida como um sistema que compreende o processo de decisão que relaciona coerência entre os objetivos e propósitos para os quais a organização existe e o modelo de divisão do trabalho entre seus colaboradores.

A forma de divisão e organização de trabalho atual do IPREM está representada no organograma a seguir:



A estrutura organizacional é um instrumento fundamental para a eficácia do processo decisório. Por exemplo, ela viabiliza uma adequada segregação de atividades ou funções entre diferentes setores e responsáveis, evitando que um único agente tenha autoridade completa sobre parcela significativa de determinada transação, reduzindo assim os riscos envolvidos.

A visualização das áreas distribuídas no organograma facilita o entendimento do processo e das responsabilidades de diversos intervenientes na execução das atividades.

Do ponto de vista da governança do Instituto, a estrutura organizacional insere os órgãos colegiados que assumem as responsabilidades pela gestão da organização. Segue uma breve descrição das responsabilidades dos órgãos colegiados que fazem parte da estrutura organizacional do IPREM:

- O **Conselho Deliberativo** é o órgão responsável por deliberar sobre as diretrizes estratégicas do Instituto. Além disso, compete a esse colegiado monitorar os trabalhos do Superintendente, atuando como elo entre esta e os segurados do RPPS. A existência do Conselho Deliberativo é um dos pilares da governança corporativa e está voltado ao alcance da máxima transparência e segurança das decisões,



considerando que esta instância não tem vínculo com as operações, que são de responsabilidade da Superintendência.

- O **Conselho Fiscal** é parte integrante do sistema de governança, atuando como órgão de fiscalização independente. Ele atua fora da linha decisória, e tem como objetivo examinar, acompanhar e fiscalizar a administração do RPPS, no que tange aos seus deveres legais, de controles internos e *compliance*, conforme descrito em regimento específico.
- O **Comitê de Investimentos** é um grupo formado, de acordo com regimento interno, para auxiliar o gestor do Instituto na tomada de decisão referente à alocação dos recursos. Os profissionais atuantes no comitê devem atender aos requisitos de qualificação para tal, especialmente referentes aos conhecimentos sobre o mercado financeiro. Atualmente o Comitê de Investimentos do IPREM possui 5 (cinco) membros e todos possuem certificação ANBIMA de investimentos.

A composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal dentro desta estrutura organizacional para operacionalização da governança do IPREM, em dezembro de 2020, era a seguinte:

CONSELHO DELIBETATIVO

Membro	Eleito ou Indicado	Titular ou Suplente
André Luiz Coutinho de Souza	Eleito	Titular
Marcos Antônio Gomes de Freitas	Eleito	Suplente de André Luiz Coutinho de Souza
Rosalina Rocha de Miranda	Eleita	Titular
Rosely Ferreira dos Reis	Eleita	Suplente de Rosalina Rocha de Miranda
Luiz Carlos Ghilardi	Eleito	Titular
Monalisa Pisani	Eleita	Suplente de Luiz Carlos Ghilardi
Renato Amorim	Eleito	Titular
Washington Coelho	Eleito	Suplente de Renato Amorim
Roberto Augusto Baviera	Indicado	Titular (Presidente)
Everaldo Guedes de Azevedo França	Indicado	Titular
Roberta Belem Cataldi	Indicado	Titular
Waldir Agnello	Indicado	Titular



CONSELHO FISCAL

Membro	Eleito ou Indicado	Titular ou Suplente
Agnaldo dos Santos Galvão	Eleito	Titular
Tânia Cristina de Oliveira	Eleito	Suplente de Agnaldo Santos Galvão
Eni Pereira de Souza	Eleito	Titular
Washington Machado	Eleito	Suplente de Eni Pereira de Souza
Carlos Alberto Reuter	Indicado	Titular
Patricia Aparecida Marques Diniz	Indicado	Suplente de Carlos Alberto Reuter
Odair Jose Marqueti Junior	Indicado	Titular
Maria Inês Armando	Indicado	Suplente de Odair Jose Marqueti Junior
José Carlos de Souza Filho	Indicado	Titular
Maria Izabel Canavese	Indicado	Suplente de José Carlos de Souza Filho
Viriato Antônio Gonçalves Trancoso	Eleito	Titular

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Membro	Gestor, eleito ou Indicado.	Titular ou Suplente
Márcia Regina Ungaretti	Gestor	Titular
Marcelo Akyama Florencio	Indicado	Titular
Roberto Augusto Baviera	Indicado	Titular
Valéria Aparecida Catossi Madeira	Indicado	Titular
Stephannie Priscilla Oliveira e Silva	Indicado	Titular

Dentro desta estrutura organizacional para operacionalização de seus processos o IPREM, em dezembro de 2020, contava 98 servidores conforme demonstrado na tabela abaixo:

CARGO	QUANTIDADE
Agente de apoio	2
Assistente de gestão de políticas públicas - AGPP	24
Analista assistência desenvolvimento social	2
Analista planejamento desenvolvimento organizacional -APDO	14
Assessor técnico	5
Assistente administrativo	2
Assistente de suporte técnico	0
Assistente técnico II	5
Auxiliar de gabinete	10
Chefe de gabinete	1
Chefe de seção II	7
Chefe de seção técnica	5
Diretor de departamento técnico	3
Diretor de Creche	1
Diretor de divisão técnica	9
Encarregado de copa	1



Encarregado de setor I	1
Encarregado de setor II	2
Oficial de gabinete	1
Profissional eng. arq. agronomia, geologia	2
Superintendente	1
	98

1.2 OBJETIVO E PERÍODO DE ABRANGÊNCIA

O principal objetivo do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM-SP, na elaboração do presente Relatório é apresentar as informações gerenciais relativas ao plano de trabalho anual, a saber:

- gestão dos investimentos e aderência da gestão dos recursos do plano administrado pelo Instituto à sua política de investimentos e dispositivos legais (c);
- a evolução da situação atuarial (b);
- os dados estatísticos dos segurados e execução orçamentária (a);
- o resultado financeiro (receitas e despesas) (a);
- a execução orçamentária (e);
- as atividades dos órgãos colegiados (d);
- outras atividades institucionais (e); e,
- canais de atendimento.

Este relatório é parte das exigências para obtenção e manutenção de certificação do Programa Pró-Gestão RPPS e cada um dos itens anteriores se refere aos requisitos mínimos descritos no Manual do Pró-Gestão, item 3.2.1 que trata da elaboração do relatório de governança.

O período de abrangência deste relatório é o ano de 2020.

Ele foi elaborado guardando observância às disposições do Manual de Pró-Gestão RPPS (versão 3.0, publicada em fevereiro de 2020) e seguindo os princípios da governança corporativa, amplamente divulgados pelas entidades especialistas como IBGC, OCDE etc.

Para elaboração do presente relatório foi feita análise de documentos e informações prestadas pelos colaboradores e dirigentes do Instituto sobre a operacionalização e processo decisório ocorrido em 2020.



2. PLANO ANUAL DE TRABALHO

O IPREM, desenvolveu para o ano de 2020 um plano de metas, cujas ações estão pautadas nos requisitos recomendados pelo Pró Gestão que consistem na implementação de boas práticas na gestão do RPPS, levando ao fortalecimento da governança do IPREM, com ênfase na melhoria na organização das atividades e processos, no aumento da motivação por parte dos colaboradores, no incremento da produtividade, na redução de custos e do retrabalho, na transparência e facilidade de acesso à informação e na reiteração das boas práticas, pela padronização. As ações definidas para o ano de 2020 consistem concluir pelo menos 19 requisitos:

Para acompanhamento das ações estão apresentados a seguir: além da especificação da ação, os objetivos a serem alcançados, uma justificativa e o prazo final da ação.

Ação	Objetivo	Justificativa	Prazo final
Realizar o Mapeamento das Principais Atividades das Áreas de Atuação do RPPS	Mapear 3 (três) áreas obrigatórias: Benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios), Investimentos (processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate) e Tecnologia da Informação - TI (procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso - físico e lógico).	O diagnóstico sobre a organização deve ser feito a partir do reconhecimento e mapeamento dos processos executados e não somente pelos resultados obtidos. Os gestores devem ter uma visão sistêmica e abrangente da organização, por isso, como primeiro passo, é necessário que sejam mapeados os seus processos e atividades.	30/11/2020
Elaborar Manual de Procedimentos das Principais Atividades das Áreas de Atuação do RPPS	Manualizar Benefícios (análise da concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios); Investimentos (processo de elaboração e aprovação da política de investimentos, de credenciamento das instituições financeiras e de autorização para aplicação ou resgate) e Tecnologia da Informação - TI (Procedimentos de contingência que determinem a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso - físico e lógico).	Dentre as áreas de atuação do RPPS que tenham sido mapeadas, deverão ser selecionados os processos e atividades que serão manualizados ¹⁰ , ou seja, que terão definidos procedimentos padronizados de execução, desempenho, qualidade e reprodutividade.	30/11/2020
Realizar a capacitação e a certificação dos gestores e servidores das áreas de Risco (curso Portaria MPS nº 519/2011)	O gestor dos recursos do RPPS e a maioria dos membros do Comitê de Investimentos aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, com conteúdo mínimo	dada a sua criticidade e por possuir um processo de qualificação dos gestores e servidores dos RPPS em curso, na forma prevista pela Portaria MPS nº 519/2011, a exigência de qualificação para fins de obtenção	30/11/2020



Ação	Objetivo	Justificativa	Prazo final
	estabelecido no Anexo da Portaria MPS nº 519/2011.	da certificação institucional terá início pela área de investimentos.	
Criar e estruturar o Controle Interno e os processos de gestão de riscos e conformidade	Existência, na estrutura organizacional do RPPS, com emissão de relatório trimestral que ateste a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas.	O ente federativo deverá manter função de controle interno do RPPS, diretamente em sua estrutura organizacional (níveis I e II) ou na unidade gestora do RPPS (níveis III e IV), integrada ao seu sistema de controle interno, que terá, dentre outras, a finalidade de avaliar o cumprimento de metas, programas e orçamentos e comprovar a legalidade, eficácia e eficiência dos atos de gestão.	30/11/2020
Elaborar a Política de Segurança da Informação	Elaboração da Política de Segurança da Informação que deverá ser publicada no site do IPREM e atender aos requisitos mínimos do manual do Pró-Gestão.	Adoção de procedimentos que garantam a segurança das informações deve ser prioridade constante do RPPS, reduzindo os riscos de falhas, danos e prejuízos que possam comprometer os objetivos da instituição.	30/11/2020
Gerir e controlar a Base de Dados Cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas vinculados ao RPPS	Recenseamento previdenciário no mínimo a cada 2 (dois) anos para aposentados e pensionistas e a cada 5 (cinco) anos para os servidores ativos, encaminhamento da base atualizada por meio Sistema Previdenciário de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - SIPREV/Gestão para o Sistema de Informações Gerenciais dos Regimes Próprios de Previdência Social - SIG-RPPS, instituído pela Portaria MF nº 47, de 14 de dezembro de 2018.	A atualização permanente da base de dados cadastrais permite ao ente federativo maior controle da massa de seus segurados e garante que as avaliações atuariais anuais reflitam a realidade dessa base, possibilitando dessa forma a correta organização e revisão dos planos de custeio e benefícios, conforme estabelece o artigo 1º, inciso I da Lei nº 9.717/1998.	30/11/2020
Entregar e publicar o Relatório de Governança Corporativa	Periodicidade anual, contemplando as informações mínimas necessárias para o nível II.	A melhoria da governança do RPPS tem por finalidade assegurar o atingimento de sua missão institucional, com a preservação dos direitos dos segurados, a proteção dos interesses do ente federativo instituidor, a adequada gestão do patrimônio e a conformidade aos requisitos legais estabelecidos pelos órgãos de regulação e supervisão.	30/11/2020
Elaborar o Plano de Trabalho - Anual	Apresentar Plano de Ação Anual, contendo as metas a serem atingidas no exercício para todas as grandes áreas de atuação do RPPS, referidas no Anexo 7 deste Manual, no mínimo quantitativas, possibilitando o acompanhamento dos resultados pretendidos.	A unidade gestora do RPPS deve incorporar o planejamento à sua rotina de gestão e desenvolver Plano de Ação ou Planejamento Estratégico, ao qual deverá ser dada ampla divulgação, contemplando as ações a serem implementadas, metas para melhoria de cada processo, responsabilidades e prazos, bem	30/11/2020



Ação	Objetivo	Justificativa	Prazo final
		como o monitoramento qualitativo de seus resultados.	
Elaborar Relatório de Gestão Atuarial - anual	Elaboração do Relatório de Gestão Atuarial, contemplando a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas.	O Relatório de Gestão Atuarial constitui importante ferramenta de monitoramento dos resultados atuariais dos planos de custeio e de benefícios e de gerenciamento do RPPS.	30/11/2020
Instituir Código de Ética do IPREM	Elaboração do Código de Ética e sua divulgação aos servidores do RPPS, segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos membros dos órgãos colegiados e partes relacionadas (fornecedores, prestadores de serviço, agentes financeiros e outros).	O Código de Ética é um instrumento no qual são retratados a missão, a visão e os princípios de uma determinada organização, devendo ser difundido entre seus colaboradores, para que estes tenham ciência de suas responsabilidades. Por meio dele é possível conhecer os valores cultivados pela instituição e a função que ela exerce na sociedade.	30/11/2020
Estabelecer Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor	a) Realizar exames médicos admissionais dos aprovados em concurso público, como requisito para posse e nomeação. b) Manter serviço de perícia médica na unidade gestora do RPPS ou no ente federativo, por servidores do quadro efetivo ou contratados por meio de terceirização. c) Realizar ações educativas para redução dos acidentes de trabalho. d) Elaborar Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT. e) Elaborar e fornecer o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP atualizado aos servidores que trabalhem em ambientes com exposição a agentes nocivos.	O RPPS e o ente federativo devem atuar de forma coordenada com o objetivo de adotar medidas preventivas, que visem à redução dos riscos inerentes ao ambiente de trabalho e das situações que provocam o adoecimento e a incapacidade laborativa dos servidores. Devem ser implantados os controles e documentos obrigatórios exigidos para a concessão de aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos, buscando adotar medidas protetivas que eliminem ou minimizem as situações de risco que geram o direito à concessão desse benefício	30/11/2020
Elaborar a Política de Investimentos e realizar o seu acompanhamento	Política de Investimentos e os relatórios de acompanhamento dos resultados deverão ser disponibilizados no site do RPPS, a fim de conferir maior transparência ao processo, permitindo a consulta por qualquer interessado. Na elaboração e execução da Política de Investimentos deverão ser observadas cautelas que mitiguem riscos por situações de conflito de interesses.	A Política de Investimentos não se limita à obrigatoriedade de elaboração de um documento anual, mas se constitui em importante instrumento de planejamento, por definir o índice referencial de rentabilidade a ser buscado pelos gestores no exercício seguinte, estabelecer estratégias de alocação, diretrizes e metas de investimentos, bem como permitir monitorar ao longo do ano, por meio de relatórios de	30/11/2020



Instituto de Previdência Municipal de São Paulo
Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo



Ação	Objetivo	Justificativa	Prazo final
		acompanhamento, os resultados que forem sendo alcançados durante a sua execução.	
Instituir Comitê de Investimentos	Mínimo de 3 (três) membros, que mantenham vínculo funcional com o ente federativo ou com a unidade gestora do RPPS.	O Comitê de Investimentos é o órgão colegiado do RPPS que tem por atribuição participar do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos.	30/11/2020
Atender os requisitos de Transparência	Publicar documentos e informações mínimos a serem divulgados pelo IPREM em seu site, conforme manual do Pró-Gestão.	A transparência nas organizações diz respeito à existência de políticas e procedimentos continuados e permanentes que permitam fornecer informações aos diversos interessados segundo critérios gerais de acesso, uso e entendimento.	30/11/2020
Definir Limites de Alçadas	Obrigatoriedade de no mínimo 2 (dois) responsáveis assinarem em conjunto todos os atos relativos a investimentos.	No que se refere aos investimentos, a legislação do ente federativo deve disciplinar as esferas de atuação do Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimentos e estabelecer limites de alçada para aprovação de alocações e desinvestimentos, cabendo ao Conselho Deliberativo referendar decisões do Comitê, caso este possua essa atribuição.	30/11/2020
Segregar Atividades	Segregação das atividades de habilitação e concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios.	A segregação de atividades ou funções em diferentes setores e responsáveis tem por objetivo evitar que um único agente tenha autoridade completa sobre parcela significativa de uma determinada transação (aprovação da operação, execução e controle), reduzindo assim o risco operacional e favorecendo a governança corporativa e os controles internos.	30/11/2020
Gerir a comunicação com os segurados e interessados – Ouvidoria	Gerir a comunicação com os segurados e interessados por meio do “Fale Conosco” e termo de cooperação técnica com a Ouvidoria Geral do Município	A Ouvidoria é um serviço institucional para consultas, dúvidas, reclamações, denúncias, elogios e solicitações, que proporciona uma via de comunicação permanente entre a instituição e as pessoas ou grupos que nela possuem participação, investimentos ou outros interesses	30/11/2020
Instituir Diretoria Executiva	Nível superior para todos que compõem a Diretoria Executiva. Pelo menos 1 (um) membro deverá ser segurado do RPPS.	A Diretoria Executiva do RPPS deverá ser disciplinada pela legislação local e seus membros deverão ter formação educacional de nível superior.	30/11/2020



Instituto de Previdência Municipal de São Paulo
Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo



Ação	Objetivo	Justificativa	Prazo final
Atender os requisitos de governança para o Conselho Fiscal	O Iprem deve ter um conselho fiscal cuja periodicidade das reuniões e funcionamento sejam disciplinados pela legislação local e contemple as atribuições mínimas descritas no manual do Pró-Gestão. Pelo menos 1 (um) representante dos segurados.	O RPPS deverá obrigatoriamente manter Conselho Fiscal, cuja periodicidade das reuniões e funcionamento sejam disciplinados pela legislação local.	30/11/2020
Atender os requisitos de governança para o Conselho Deliberativo	O Iprem deve ter um conselho deliberativo cuja periodicidade das reuniões e funcionamento sejam disciplinados pela legislação local e contemple as atribuições mínimas descritas no manual do Pró-Gestão. Pelo menos 1 (um) representante dos segurados.	O RPPS deverá obrigatoriamente manter Conselho Deliberativo, cuja periodicidade das reuniões e funcionamento sejam disciplinados pela legislação local.	30/11/2020
Atender os requisitos de governança para o Mandato, Representação e Recondução	Definir na legislação o processo de escolha para composição da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.	Caberá à legislação local disciplinar o processo de escolha dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, observando as diretrizes do manual do Pró-Gestão.	30/11/2020
Instituir Quadro de Pessoal (incluído servidor efetivo)	A unidade gestora do RPPS deverá possuir quadro próprio, ocupado por servidores efetivos (pelo menos 1 - um), comissionados ou cedidos pelo ente federativo.	Caberá à legislação local definir o quadro de pessoal do RPPS, de acordo com o seu porte, e estabelecer objetivos de gestão de pessoal, qualificação e treinamento.	30/11/2020
Elaborar Plano de Ação de Capacitação em Previdência	a) Formação básica em RPPS para os servidores, dirigentes e conselheiros. b) Treinamento dos servidores que atuam na área de concessão de benefícios sobre as regras de aposentadorias e pensão por morte. c) Treinamento para os servidores que atuam na área de investimentos sobre sistema financeiro, mercado financeiro e de capitais e fundos de investimentos.	A educação previdenciária diz respeito ao conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos.	30/11/2020
Implementar Ações de diálogo com os segurados e a sociedade	a) Elaboração de cartilha dirigida aos segurados que contemple os conhecimentos básicos essenciais sobre o RPPS e os benefícios previdenciários, que deverá ser disponibilizada em meio impresso e no site do RPPS. b) Realização de pelo menos uma audiência pública anual com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial. c) Seminários dirigidos aos segurados,	Também são contempladas pela educação previdenciária as ações de divulgação das informações relativas ao resultado da gestão do RPPS para os diferentes órgãos e entidades integrantes do governo do ente federativo, para instituições públicas e privadas e para a sociedade. Finalmente, estão relacionadas à educação previdenciária as ações relacionadas à melhoria da qualidade de vida dos segurados do RPPS, como a promoção da saúde, prevenção de doenças, Educação financeira, planejamento e transição para a aposentadoria, vida durante a	30/11/2020



Ação	Objetivo	Justificativa	Prazo final
	com conhecimentos básicos sobre as regras de acesso aos benefícios previdenciários. d) Ações preparatórias para a aposentadoria com os segurados.	aposentadoria e envelhecimento ativo.	

Durante o ano de 2020 foram empreendidas ações para que ao final do ano, no mínimo as 19 (dezenove) ações fossem atingidas.

Em 2020 o IPREM projetou a reformulação do Instituto do ponto de vista dos processos e da disponibilização de informações, tanto as necessárias que dão apoio à tomada de decisão quanto aquelas que são importantes para evidenciar a clareza de propósitos da administração e atender as necessidades dos servidores e do público em geral.

Foram um total de 17 ações atendidas, e 2 ações que extrapolaram o nosso campo de governabilidade porque dependem de ações de órgão externos e independentes ao IPREM, a saber:

Item 2.10 – Implantação da segregação de atividades do Iprem – que trata da segregação das atividades de concessão, cadastro de inscrição de beneficiário, elaboração da folha e pagamento dos benefícios. Essa ação depende da aprovação pela atual Secretaria Executiva de Gestão e pela Secretaria de Governo o Decreto que reestrutura a autarquia.

Item 2.5 - Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor – só atendemos esse item porque a Prefeitura não realiza o LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, essencial para verificação da aposentadoria especial.

O IPREM está se adequando para obtenção do nível II de Certificação para 2021, uma vez que está ajustando seus processos internos para a melhoria de gestão. Os itens que estão com o status "INCOMPLETO", são itens que o instituto atende mas precisa ainda realizar ações para adequação.

CONTROLES INTERNOS		
ITEM	AÇÕES	STATUS
3.1.1	Mapeamento das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS	COMPLETO
3.1.2	Manualização das Atividades das Áreas de Atuação do RPPS	COMPLETO
3.1.3	Capacitação e Certificação dos Gestores e Servidores das Áreas de Risco	COMPLETO
3.1.4	Estrutura de Controle Interno	COMPLETO
3.1.5	Política de Segurança da Informação	INCOMPLETO
3.1.6	Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas	INCOMPLETO
GOVERNANÇA CORPORATIVA		
ITEM	AÇÕES	STATUS



3.2.1	Relatório de Governança Corporativa	INCOMPLETO
3.2.2	Planejamento	COMPLETO
3.2.3	Relatório de Gestão Atuarial	COMPLETO
3.2.4	Código de Ética da Instituição	COMPLETO
3.2.5	Política Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor	NÃO ATENDEMOS
3.2.6	Política de Investimentos	COMPLETO
3.2.7	Comitê de Investimentos	COMPLETO
3.2.8	Transparência	COMPLETO
3.2.9	Definição de Limites de Alçadas	INCOMPLETO
3.2.10	Segregação de Atividades	NÃO ATENDEMOS
3.2.11	Ouvidoria	COMPLETO
3.2.12	Diretoria Executiva	COMPLETO
3.2.13	Conselho Fiscal	COMPLETO
3.2.14	Conselho Deliberativo	COMPLETO
3.2.15	Mandato, Representação e Recondução	COMPLETO
3.2.16	Gestão de Pessoas	COMPLETO
EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
ITEM	AÇÕES	STATUS
3.3.1	Plano de Ação e Capacitação	COMPLETO
3.3.2	Ações de Diálogo com os Segurados e a Sociedade	INCOMPLETO

3. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Os recursos financeiros que são administrados pelo IPREM compõem-se basicamente de:

- contribuições previdenciárias (de servidores e patronais), repassadas ao instituto no início de cada mês;
- receita proveniente do COMPREV (Compensação Previdenciária), os decorrentes da amortização dos financiamentos imobiliários;
- cobrança amigável relativas ao ressarcimento de pagamentos de benefícios recebidos indevidamente por familiares após a morte do pensionista; e
- rendimentos de investimentos.

Conforme estabelecido pela Política de investimentos do IPREM, aprovada pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2020, a gestão dos investimentos é realizada por meio do contrato de exclusividade firmado entre administração pública municipal e o Banco do Brasil, que estabelece a obrigação das disponibilidades financeiras serem



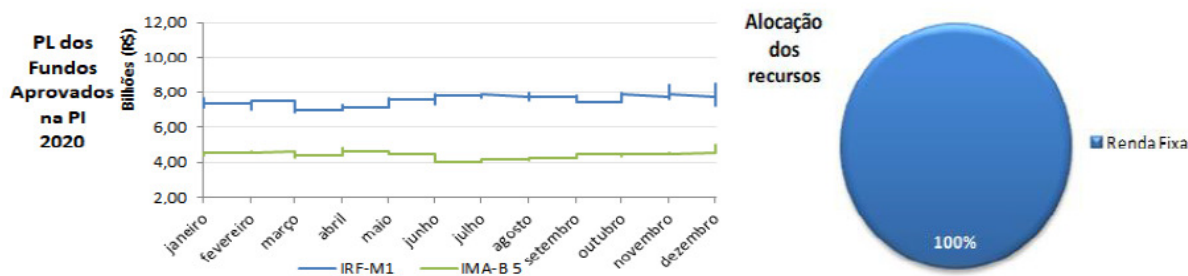
alocadas nas opções de investimentos ofertados pela instituição financeira.

De acordo com a Política de Investimentos - PI, “a estratégia para alocação dos ativos está delimitada pelo modelo de financiamento do plano de benefícios em regime de caixa e pela natureza dos recursos disponíveis para aplicação” e, tem por objetivo atingir a meta atuarial (juros de 5,0% a.a. acrescido da variação do IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) definida na PI.

Neste momento, somente pequena parte dos recursos compõe este montante, sendo que a responsabilidade financeira de aporte para a folha de pagamento dos segurados está com a Prefeitura do Município de São Paulo. Assim, mensalmente o IPREM gera a folha de pagamento de benefícios e a Prefeitura aporta recursos para sua execução.

Ainda assim é importante acompanhar os recursos que estão sob a gestão do IPREM. No Relatório trimestral de acordo com o inciso V, artigo 3º da Portaria MPS nº 519/2011, do quarto trimestre de 2020, estão destacados os itens a seguir de alocação, aderência e o desempenho dos recursos atuais.

Os recursos financeiros administrados pelo Instituto estão aplicados em dois fundos de investimentos de renda fixa, os gráficos abaixo demonstram a composição da carteira no final de 2020.



Relatório composição mensal da carteira – dezembro 2020 site IPREM

Os dois tipos de fundos apresentados são classificados como investimentos de risco baixo (nota inferior ou igual a 1,3), em uma escala de 1 a 5, utilizada pelo gestor de investimentos, quando medido o nível de risco envolvido na estratégia de investimento.

O resumo dos saldos, da rentabilidade do mês, da rentabilidade acumulada de janeiro até dezembro, assim como o enquadramento da relação ao percentual entre o volume de aplicação e o patrimônio do fundo. Este limite tem dispositivo legal e está descrito na Política de Investimento. Destacando o acúmulo de agosto a dezembro para facilitar a comparação entre os dois



fundos considerando um aporte realizado em agosto/2019 como estratégia de diversificação.

Carteira de Investimentos - Dezembro/2020				
Composição				
↳ BB Prev RF IRF-M1 TP FIC FI (11.328.882/0001-35)				
↳ BB Prev RF IMA-B 5 LP TP FIC FI (03.543.447/0001-03)				
Conta investimento	IRF-M1		IMA-B 5	
↳ Rentabilidade (%)	0,31%		1,81%	
↳ Rentabilidade Acum. a partir de 08/2019 (%)	6,04%		12,47%	
↳ Rentabilidade (R\$)	165.186,77		7,24	
↳ Saldo no Fundo (Fechamento)	80.443.793,20		394,56	
↳ Valor máximo resgatado	8.200.000,00		18,50	
↳ Saldo mínimo em conta	37.506.460,50		387,32	
↳ Saldo máximo em conta	81.106.606,43		405,82	
↳ PL do Fundo (Fechamento)	7.844.641.875,20		4.987.516.426,31	
↳ Vir. aplicado/PL (art. 14 Resolução)	✓	1,03%	✓	0,00001%
Rentabilidade (R\$)				
	2019	dez-20	Acumulado2020	Projetado2020
(R\$)	3.660.360,09	165.194,01	2.748.854,17	2.748.854,17
(%)Nominal	6,65%	0,31%	3,47%	3,47%
Fonte: Extrato Conta Investimento				

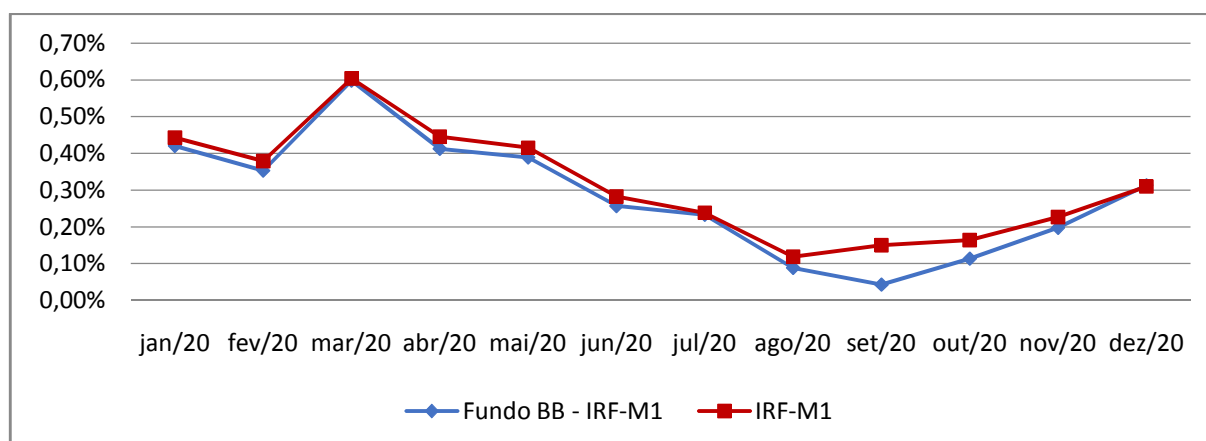
Fonte: Extrato Conta Investimento.

INVESTIMENTOS					
Conta	POSIÇÃO 2S2020		POSIÇÃO 1S2020		Varição
	R\$	%	R\$	%	%
Previdenciário RF IRF-M1 TP FIC FI	80.443.793,20	100,00%	100.539.186,57	100,00%	-19,99%
Previdenciário Renda Fixa IMA-B 5 LP FI em Cota de FI	394,56	0,00%	395,15	0,00%	-0,15%
Investimentos	80.444.187,76	100,00%	100.539.581,72	100,00%	-19,99%

Relatório Trimestral do Comitê de Investimentos (2º e 4º tri) – Site IPREM

Nos gráficos a seguir estão demonstrados os resultados das rentabilidades dos fundos, onde estão aplicados os recursos do plano do Instituto, versus o índice econômico de referência definido como benchmark.

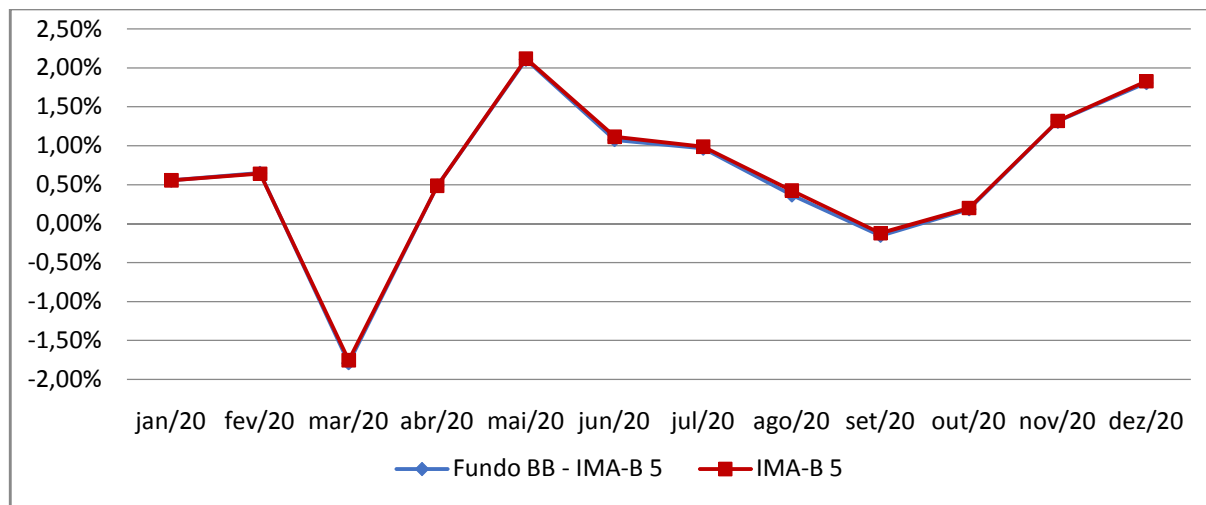
Gráfico 1 – Rentabilidade da Carteira – IRF-M1





Fonte: BB DTVM. Elaboração própria.

Gráfico 2 – Rentabilidade da Carteira – IMA B5



Fonte: BB DTVM. Elaboração própria.

- Rentabilidade da carteira

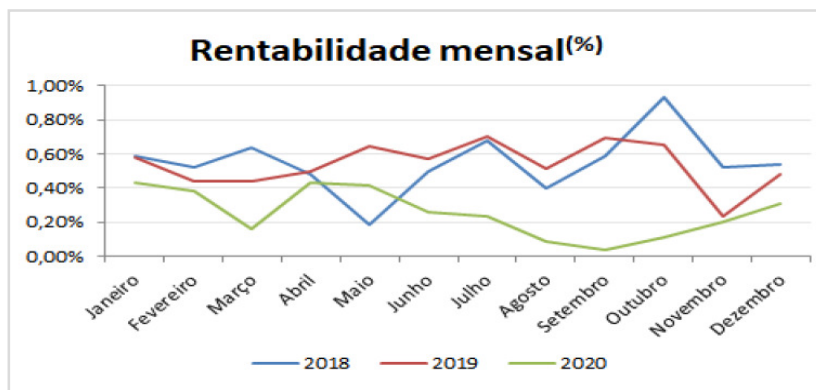
Fundo / Índice	Posição 2020													5 anos
	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	2020	
Fundo BB - IRF-M1	0,42%	0,35%	0,60%	0,41%	0,39%	0,26%	0,23%	0,09%	0,04%	0,11%	0,20%	0,31%	3,47%	49,29%
IRF-M1	0,44%	0,38%	0,60%	0,45%	0,42%	0,28%	0,24%	0,12%	0,15%	0,16%	0,23%	0,31%	3,84%	51,17%
Fundo BB - IMA-B 5	0,56%	0,65%	-1,79%	0,49%	2,11%	1,08%	0,97%	0,37%	-0,15%	0,19%	1,31%	1,81%	7,78%	172,90%
IMA-B 5	0,56%	0,64%	-1,75%	0,49%	2,12%	1,12%	0,99%	0,43%	-0,12%	0,20%	1,32%	1,83%	8,04%	174,61%

A rentabilidade de ambos os fundos apresentada no ano de 2020 foi um pouco abaixo de seus índices econômicos de referência.

O comportamento das rentabilidades está bem em linha com o comportamento do benchmark, o que indica que a carteira é bem conservadora aplicada no índice sem riscos adicionais que poderiam, eventualmente, alavancar as rentabilidades de investimentos tomados com mais riscos.

De acordo com uma análise da própria BB DTVM foi feita uma comparação das rentabilidades entre os anos de 2018, 2019 e 2020.

Gráfico 3 – Comparativo 2018, 2019 e 2020



Fonte: BB DTVM. Elaboração própria.

Nos últimos anos o IPREM vinha investindo apenas no fundo BB Previdenciário RF IRF-M1 TP FIC FI, classificado como de baixo risco (1,0). Entretanto, com a ocorrência de mudanças nas taxas de juros de mercado impactando fortemente na rentabilidade dos investimentos optou-se por diversificar os recursos do IPREM/RPPS-SP. Assim, no final de agosto de 2019, foi decidida a diversificação os investimentos em dois fundos – BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M1 Títulos Públicos Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (CNPJ: 11.328.882/0001-35) e BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B 5 Longo Prazo Fundo de Investimentos em Cota de Fundos de Investimentos (CNPJ: 03.543.447/0001-03) – o fundo IMA-B 5 que também estavam classificados como de baixo risco (1,3) e estavam apresentando uma melhor performance que o IRF-M1, conforme apresentado anteriormente..

As operações de aplicações e resgates dos recursos financeiros (fluxo de entradas e saídas) são acompanhadas dos respectivos documentos de autorização formalizados nas APR's- Autorização de Aplicação e Resgate formalizando o processo e demonstrando sua conformidade.

Enfim, o saldo final em 2020 do fundo BB Previdenciário RF IRF-M1 TP FIC FI era de R\$ 80,4 milhões e o fundo Previdenciário Renda Fixa IMA-B 5 LP FI em Cota de FI era de R\$ 394,56, considerando parcela dos valores direcionados para este fundo.

No exercício de 2020, o IPREM estabeleceu por meio de sua Política de Investimentos como meta que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance de juros de 5,0% a.a. acrescido da variação do IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Quando o volume de recursos sob gestão do IPREM estiver mais próximo da necessidade atuarial, a apresentação da variação entre a taxa realizada e a meta atuarial será um



parâmetro ainda mais importante na avaliação de desempenho dos investimentos, inclusive com as justificativas das variações, tanto a maior quanto a menor garantindo a transparência das decisões e da gestão como um todo.

02		INVESTIMENTOS DO RPPS DA CIDADE DE SÃO PAULO												
Rentabilidade														
Ano PI	Informações Atuariais			IPCA	INPC	BB Prev RF IRF-M1		BB Prev RF IMA-B 5 LP		Total		Projetado / Realizado		
	DRAA	Meta	Indexador			FI	FI	FI	FI	FI	FI	nominal	real	
						(tx nominal)	(tx real)	(tx nominal)	(tx real)	(tx nominal)	(tx real)			
2017	2016	6%	IPCA	2,95%	2,07%	10,86%	7,69%	12,42%	9,20%	10,86%	7,69%	10,86%	✓	7,69%
2018	2017	5%	IPCA	3,75%	3,43%	6,76%	2,89%	9,65%	5,69%	6,76%	2,89%	6,76%	✗	2,89%
2019	2018	5%	IPCA	4,31%	4,48%	6,49%	3,27%	12,89%	9,47%	6,65%	3,43%	6,65%	✗	3,43%
2020dez	2019	5%	IPCA	4,52%	5,45%	3,47%	-1,00%	7,78%	3,12%	3,47%	-1,00%	3,47%	✗	-1,00%

Fonte: DRAA, IBGE, BB, Elaboração Própria.

Relatório composição mensal da carteira – dezembro 2020 site IPREM

Esta informação é disponibilizada mensalmente para os acompanhamentos necessários e, para efeito de análise do exercício de 2020, temos a visão anual do desempenho dos fundos em relação às metas atuariais. Neste caso, pode-se concluir que os rendimentos dos dois fundos estão abaixo das propostas de meta atuarial. Vale lembrar que os valores de investimentos aqui transacionados não representam o total de recursos capitados para pagamento dos benefícios atuais e futuros.

Ressaltamos, por fim, que os profissionais atuantes no comitê de investimentos e na gestão dos investimentos atendem aos requisitos de qualificação para tal, especialmente referentes aos conhecimentos sobre o mercado financeiro.

4. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Os estudos atuariais foram realizados durante o 1º semestre de 2020, com a base de reavaliação de 31/12/2019. A partir das informações do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA, o IPREM optou por adotar a taxa de juros para o ano de 2020 de 5% a.a. e a taxa de crescimento real do salário de 3,31% a.a.

O regime financeiro atualmente utilizado no IPREM é de repartição simples e em razão do elevado custo do serviço passado opera em desequilíbrio financeiro e atuarial. Por esta razão, recebe aportes do Tesouro Municipal para financiar o déficit em cada exercício financeiro.

No quadro a seguir pode-se observar o resultado da Avaliação Atuarial 2020 (ano base 2019), emitido pela consultoria atuarial, tendo como base as regras de cálculo, elegibilidades e alíquotas vigentes válida para o ano de 2020.



RUBRICAS	2020 - Base 2019 (C)
Ativo do Plano	R\$ -
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	R\$ 98.332.251.075,83
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	R\$ 124.449.087.584,96
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	R\$ -
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	R\$ 6.734.048.064,57
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	R\$ 21.308.771.878,85
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	R\$ 10.654.385.939,42
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	R\$ 11.028.989.708,39
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	R\$ -
Resultado Atuarial: Geração Atual	-R\$ 173.055.143.069,56
Resultado Atuarial: Geração Futura	R\$ 15.345.238.265,00
Resultado Atuarial: Ambas Gerações	-R\$ 157.709.904.804,56

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2020

Ainda no que se refere ao Relatório de Avaliação Atuarial, observa-se, como resultado da reavaliação atuarial, que o Instituto apresenta um déficit atuarial, relativo à geração atual, de R\$ 173,055,143,069,56. O plano de custeio, ainda não implementado, utilizando no cálculo da situação atuarial do Instituto é composto pelas seguintes alíquotas:

- 14,00% para os servidores ativos, incidentes sobre a totalidade da remuneração;
- 14,00% para os servidores inativo, incidentes sobre a parcela do benefício que excede ao teto do RGPS;
- 14,00% para os servidores pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede ao teto do RGPS;
- 28,00% para o município, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos, a título de contribuição normal.

Abaixo temos o comparativo dos resultados atuariais dos últimos três exercícios, contemplando o perfil dos segurados do RPPS do Município de São Paulo. Foram considerados os seguintes Estudos:

- Relatório de Avaliação Atuarial 2018 (ano base 2017) - (Vesting Consultoria Financeira e Atuarial);



Instituto de Previdência Municipal de São Paulo
Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo



- Relatório de Avaliação Atuarial 2019 (ano base 2018) - (FIA – Fundação Instituto Administração);
- Relatório de Avaliação Atuarial 2020 (ano base 2019) - (FIA – Fundação Instituto Administração).

	População												Quantidade Total
	Ativos				Inativos				Pensionistas				
	Qtde	Variação Qtde %	Remuneração Média	Variação Rem. Md %	Qtde	Variação Qtde %	Remuneração Média	Variação Rem. Md %	Qtde	Variação Qtde %	Remuneração Média	Variação Rem. Md %	
2018 Base 2017	129.346	-	R\$ 4.986,05	-	82.456	-	R\$ 7.178,75	-	22.691	-	R\$ 2.573,41	-	246.658
2019 Base 2018	129.682	0,26%	R\$ 5.322,69	6,75%	87.268	5,84%	R\$ 7.318,56	1,95%	23.158	2,06%	R\$ 2.600,92	1,07%	240.108
2020 Base 2019	124.999	-3,61%	R\$ 5.646,67	6,09%	90.706	3,94%	R\$ 7.720,23	5,49%	21.894	-5,46%	R\$ 2.842,06	9,27%	237.599

Fonte: Relatório de Gestão Atuarial – Site IPREM

RUBRICAS	2018 - Base 2017 (A)	2019 - Base 2018 (B)	Varição (%) B/A	2020 - Base 2019 (C)	Varição (%) C/B	Varição (%) C/A
Ativo do Plano	R\$ -	R\$ -		R\$ -		
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	R\$ 93.412.366.784,44	R\$ 102.143.410.712,60	9,35%	R\$ 98.332.251.075,83	-3,73%	5,27%
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	R\$ 109.203.127.619,96	R\$ 114.592.461.649,48	4,94%	R\$ 124.449.087.584,96	8,60%	13,96%
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	R\$ -	R\$ -		R\$ -		
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	R\$ 4.491.488.569,27	R\$ 6.079.015.959,33	35,35%	R\$ 6.734.048.064,57	10,78%	49,93%
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	R\$ 14.946.039.532,67	R\$ 21.249.002.630,16	42,17%	R\$ 21.308.771.878,85	0,28%	42,57%
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	R\$ 11.098.300.637,37	R\$ 15.806.803.648,14	42,43%	R\$ 10.654.385.939,42	-32,60%	-4,00%
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	R\$ 9.896.650.295,79	R\$ 10.760.330.513,97	8,73%	R\$ 11.028.989.708,39	2,50%	11,44%
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	R\$ -	R\$ -		R\$ -		
Resultado Atuarial: Geração Atual	-R\$ 162.183.015.369,30	-R\$ 162.840.719.610,48	0,41%	-R\$ 173.055.143.069,56	6,27%	6,70%
Resultado Atuarial: Geração Futura	-R\$ 6.430.776.835,53	R\$ 15.240.173.994,62	-336,99%	R\$ 15.345.238.265,00	0,69%	-338,62%
Resultado Atuarial: Ambas Gerações	-R\$ 168.613.792.204,83	-R\$ 147.600.545.615,86	-12,46%	-R\$ 157.709.904.804,56	6,85%	-6,47%

Fonte: Relatório de Gestão Atuarial – Site IPREM

Ademais, caso não houvesse ocorrido a alteração das alíquotas de custeio municipais, através da Lei 17.020 de 27 de dezembro de 2018, o déficit atuarial (para geração atual) em 31/12/2019 seria de R\$ 182.505.426.351,67, podendo-se concluir que a alteração na legislação produziu uma economia de R\$ 9.450.283.282,11 para o regime de previdência, que representa 5,46% do déficit registrado na avaliação do ano base de 2019, conforme observamos abaixo:



2020 - Base 2019 Resultado Atuarial: Geração Atual (A)	-R\$ 173.055.143.069,56
2020 - Base 2019 Resultado Atuarial: Geração Atual (Sem considerar a Lei Municipal 17020/2018 (B))	-R\$ 182.505.426.351,67
Diferença (A-B)	R\$ 9.450.283.282,11
% Diferença (A-B)	-5,46%

Fonte: Relatório de Gestão Atuarial – Site IPREM

Por fim, o plano de custeio orienta a cobrança das contribuições de segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas.

5. DADOS DOS SEGURADOS

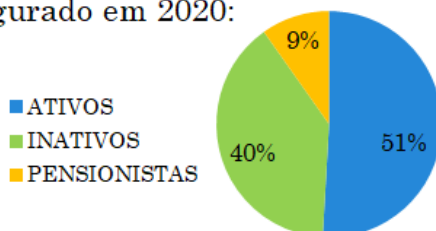
O IPREM encerrou o ano 2020 com um total de 234.748 (duzentos e trinta e quatro mil e setecentos e quarenta e oito) segurados entre ativos, aposentados e pensionistas, distribuídos conforme dados a seguir:

	2019	2020	VARIAÇÃO
ATIVOS	123.852	120.217	-3%
INATIVOS	91.200	92.669	2%
PENSIONISTAS	21.933	21.862	-0,3%
TOTAL	236.985	234.748	-0,9%

Fonte: Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR

Gráfico 4 - Demonstrativo População segurados 2020

Porcentagem por tipo de
segurado em 2020:



Fonte: Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR

Ao longo do ano foram concedidas 3.386 aposentadorias e 857 benefícios de pensão, distribuídos conforme quadro a seguir:



CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS						
Benefício	POSIÇÃO 2S2 020		POSIÇÃO 1S 2020		2020	
	quantidade	%	quantidade	%	quantidade	%
Aposentadorias	1.478	77%	1.908	83%	3.386	80%
Pensões	454	23%	403	17%	857	20%
Total de benefícios	1.932	100%	2.311	100%	4.243	100%

Fonte: Boletim Estatístico do RPPS - BERPPS

O valor total da folha de benefícios no mês de dezembro foi R\$ 1,5 bilhão e o acumulado de 12 meses do 2020 foi R\$ 10,5 bilhões. Este valor representa um aumento de 6 % em relação ao valor pago no ano de 2019, considerando o acréscimo de 4.243 beneficiários, o benefício médio de aposentadoria ficou em dezembro em torno de R\$ 8.589 reais por mês e o benefício médio de pensão em dezembro ficou em torno de R\$ 4.837 por mês.

Os valores excedentes de recursos são providos pela Prefeitura do Município de São Paulo. Durante o ano de 2020 foram repassados cerca R\$ 5,8 bilhões pela Prefeitura do Município de São Paulo ao IPREM para pagamento das obrigações.

6. RECEITAS E DESPESAS

As receitas correspondem aos valores que são arrecadados por meio de:

- contribuição patronal;
- contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- restituição do COMPREV-RO; e,
- recursos da Prefeitura do Município de São Paulo (Tesouro Municipal) referentes aos déficits atuariais de exercícios anteriores, traduzidos nos aportes mensais que suprem as necessidades de caixa.

RECEITAS						
ITEM	POSIÇÃO 2020		POSIÇÃO 2019		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Contribuição patronal (ativos)	2.616.881.460	56%	2.527.604.243	56%	89.277.217	4%
Contribuição de servidores ativos	1.341.497.739	28%	1.304.883.306	29%	36.614.433	3%
Contribuição de servidores inativos	597.403.051	13%	542.105.572	12%	55.297.479	10%
Contribuição de pensionistas	26.778.853	1%	24.057.478	1%	2.721.375	11%
Compdev-RO	114.530.368	2%	100.685.512	2%	13.844.856	14%
Demais	10.279.694	0%	18.685.434	0%	(8.405.740)	45%
Receitas do RPPS- SP	4.707.371.164	100%	4.518.021.545	100%	189.349.619	4%

Fonte: Sistema Orçamentário Financeiro - SOF



Já as despesas estão relacionadas ao pagamento dos benefícios previdenciários e aos custos da administração do IPREM.

DESPESAS						
ITEM	POSIÇÃO 2020		POSIÇÃO 2019		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Benefícios de aposentadorias	9.605.843.851	91%	9.056.150.127	91%	549.693.724	6%
Benefícios de pensões	860.781.203	8%	826.546.881	8%	34.234.322	4%
Demais	2.643.988	0%	4.583.003	0%	-1.939.015	-42%
Despesas Benefícios Previdenciários	10.469.269.042	100%	9.887.280.011	100%	581.989.032	6%
PASEP	20.720.921	43%	19.662.332	55%	1.058.589	5%
Outras	27.367.217	57%	16.364.918	45%	11.002.299	67%
Despesas Administrativas	48.088.138	100%	36.027.250	100%	12.060.888	33%
Despesas do RPPS- SP	10.517.357.180		9.923.307.261		594.049.919	6%

Fonte: Sistema Orçamentário Financeiro - SOF

Conforme mencionado anteriormente, sendo o pagamento dos benefícios a principal despesa, representando em no ano de 2020 cerca de 99,54% da despesa total do RPPS. Atualmente o IPREM recebe aportes do Tesouro Municipal para suprir a necessidade de caixa, em razão do elevado custo dos benefícios previdenciários. As despesas administrativas representam no ano de 2020 apenas 0,46% da despesa total.

Se compararmos as despesas do RPPS nos anos de 2020 e 2019, podemos observar maior variação nas despesas administrativas, tendo um aumento de 33% em 2020. Isso ocorreu devido as ações que o instituto vem buscando, no sentido de melhorias na gestão do RPPS e o projeto para centralização das aposentadorias.

RESULTADO				
ITEM	POSIÇÃO 2020	POSIÇÃO 2019	Variação	
	R\$	R\$	R\$	%
Receitas do RPPS- SP	4.707.371.164	4.518.021.545	189.349.619	4%
Despesas do RPPS- SP	10.517.357.180	9.923.307.261	594.049.919	6%
Saldo Previdenciário deficitário	(5.809.986.016)	(5.405.285.715)	(404.700.301)	7%

Fonte: Sistema Orçamentário Financeiro - SOF

Os saldos deficitários são cobertos por repasse da Prefeitura do Município de São Paulo conforme mencionado anteriormente. O apontamento de uma estabilização no valor deficitário pode apontar para um bom resultado.



7. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

As atas e o conteúdo na íntegra, assim como as deliberações dos órgãos colegiados, estão disponíveis no DOU – Diário Oficial da União e no site da Transparência do Instituto.

As documentações dos órgãos de governança validam a presença dos conselheiros nas respectivas reuniões e a confirmação dos atos decisórios relevantes ao pleno exercício das funções e responsabilidades desses órgãos colegiados dão mais transparência e assertividade às decisões tomadas. O ritual das reuniões dos Conselhos e Comitê contribui com o bom andamento dos processos do IPREM, trazendo maior garantia de que os objetivos possam ser alcançados.

Para efeito de acompanhamento das decisões tomadas durante o ano de 2020, podemos apresentar o seguinte relato:

Comitê de Investimentos: realizou em março de 2020, reunião para tratar de assunto de Cenário Econômico e Impactos na Carteira de Investimentos em virtude do Covid-19 e alteração da carteira. No segundo semestre de 2020 foi feita reunião extraordinária para tratar da Política de Investimentos de 2021.

Conselho deliberativo: Aprovou a Política de investimentos para 2021.

Conselho Fiscal: Aprovou a Política de investimentos para 2021.

8. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

8.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O processo orçamentário é uma atividade de gestão bastante relevante para a realização dos eventos e a fluidez das atividades do IPREM. É importante, portanto, apresentar o desempenho da gestão orçamentária. Neste processo está tratada a capacidade de orçar os eventos que vão permitir obter o melhor desempenho do Instituto e a consciência da eficiência e da eficácia na gestão dos recursos.

Um bom parâmetro nas análises orçamentárias, de maneira geral, é o acompanhamento da utilização dos recursos, tomando como ponto de partida os valores previstos. Considerando que fosse possível fazer a melhor previsão de recursos, não deveriam ocorrer desvios significativos nem para mais e nem para menos, tanto nas receitas como nas despesas.

Assim, a análise de variações é útil para identificar itens cujas variações



devam ser analisadas em profundidade. Usando como feedback para novas avaliações das previsões a serem adotadas na peça orçamentária.

Vale ainda destacar que os valores de despesas, inclusive pagamento de benefícios, são cobertos basicamente por receitas de contribuições segurados, receitas intra-orçamentárias (patronal), mais recursos disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, garantindo os pagamentos.

E assim segue, então, o estudo orçamentário do ano de 2020.

RECEITAS

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	5.055.280.453,00	5.055.280.453,00	4.703.055.697,76	-352.224.755,24
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.911.088.482,00	4.911.088.482,00	4.582.854.451,92	-328.234.030,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.191.971,00	144.191.971,00	120.201.245,84	-23.990.725,16
RECEITAS DE CAPITAL (II)	94.920.000,00	94.920.000,00	4.315.466,33	-90.604.533,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	5.150.200.453,00	5.150.200.453,00	4.707.371.164,09	-442.829.288,91
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	5.150.200.453,00	5.150.200.453,00	4.707.371.164,09	-442.829.288,91
Déficit (VI)	6.004.896.852,00	6.047.233.285,08	5.864.744.544,40	
TOTAL (VII) = (V + VI)	11.155.097.305,00	11.197.433.738,08	10.572.115.708,49	-442.829.288,91

Fonte: Sistema Orçamentário Financeiro - SOF

A análise nas receitas mostra que no ano de 2020 a Receita de Contribuições, ficou aproximadamente 2% acima do esperado e representa 97% do total das receitas que o IPREM recebe e que compõem seu orçamento anual. As demais receitas, são receitas patrimoniais, receitas de serviços, amortizações de empréstimos e outras.

As despesas estão analisadas a seguir:

DESPESAS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.147.484.305,00	11.189.820.738,08	10.568.300.588,77	10.514.257.431,60	621.520.149,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.070.947.934,00	11.077.734.367,08	10.477.740.092,92	10.477.711.729,92	599.994.274,16
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.536.371,00	112.086.371,00	90.560.495,85	36.545.701,68	21.525.875,15



Demais	7.613.000,00	7.613.000,00	3.815.119,72	3.099.748,52	3.797.880,28
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	11.155.097.305,00	11.197.433.738,08	10.572.115.708,49	10.517.357.180,12	625.318.029,59
SUPERAVIT (XIV)	-				
TOTAL (XV) = (XIII + XIV) Reserva do RPPS	11.155.097.305,00	11.197.433.738,08	10.572.115.708,49	10.517.357.180,12	625.318.029,59

Fonte: Sistema Orçamentário Financeiro - SOF

Pode-se verificar que o resultado negativo entre receitas e despesas ficou menor do que o esperado. Do ponto de vista das despesas o principal fator de custos é a despesa de pessoal. Além disso, nos itens de Despesas – Pessoal e Encargos Sociais constam os benefícios de Aposentadoria e Pensão pagos no período analisado.

A necessidade de renegociação dos contratos atendendo ao Decreto nº 60.041/2020, que dispõe sobre ações e medidas objetivando a redução de despesas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo, acarretou uma redução significativa de despesas do Instituto.

Com o teletrabalho houve também redução em despesas fixas, gerando uma economia considerável deste Instituto aos cofres públicos. Ainda cabe lembrar que haverá a redução de despesas administrativas/manutenção predial com a mudança da sede do IPREM para o prédio onde está a Secretaria da Fazenda, órgão ao qual está vinculado desde a edição do Decreto nº 60.038 de 31 de dezembro de 2020.

Assim o valor do Déficit acumulado em 2020 é de aproximadamente R\$ 6 bilhões. A Prefeitura do Município de São Paulo disponibiliza recursos para cobertura dos valores necessários de caixa mensais.

8.1.1 ANÁLISE DO DESEMPENHO DO PLANEJAMENTO

Faremos a análise do desempenho do planejamento conforme definido no PPA já que não temos ações no Plano de Metas.

Programa 3011

Ação 1220 Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Comunicação

Em parceria com a Secretaria de Gestão e a PRODAM, o IPREM vem atuando para desenvolver e implantar melhorias no SIGPEC e integrá-lo ao SEI para a concessão de



aposentadoria, no entanto, a despesa está executada na ação de administração da unidade.

Essa ação foi equivocadamente registrada na execução como atividade, despesa corrente, porém sem prejuízo ao alcance do resultado estabelecido no PPA, sendo executado como Ação 2171 - Manutenção e Operação de Sistemas de Informação e Comunicação do Programa 3024 – Suporte Administrativo

Programa 3024 - Ação 2171	
Orçado 2020	5.075.000,00
Orçado atualizado	5.075.000,00
Congelado	452.092,46
Empenhado	4.539.529,09
Liquidado	3.960.389,79

Fonte: Sistema Orçamentário Financeiro - SOF

Ação 2818 Aquisição de Materiais, Equipamentos e Serviços de Informação e Comunicação:

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de 130 (cento e trinta) notebooks, com fornecimento de softwares, peças de reposição e instalação; Contratação de empresa especializada para a Locação de 02 (dois) Scanners para a digitalização de prontuários do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM. Dentre outros contratos.

Ação 3002 Ampliação, Reforma e Requalificação de Prédios Administrativos:

Não foi executado devido a avaliação, escolha e oferecimento do terreno em que se situa a sede do IPREM em uma PPP de Habitação Popular da Cohab – concessão do direito real de uso para imóveis não residenciais que servirão de apoio às unidades habitacionais construídas no entorno - e a mudança da sede do IPREM para o prédio onde está a Secretaria da Fazenda, órgão ao qual está vinculado desde a edição do Decreto nº 60.038 de 31 de dezembro de 2020.

Programa 3021

Ação 1221 Contratação de Serviços de Consultoria:

O IPREM contratou os serviços de consultoria no ano de 2020, conforme projetos eleitos como prioritários, referente a certificação do Pró-Gestão nível II. A empresa de consultoria Fundação Instituto de Administração – FIA, teve como objetivo diagnosticar a situação atual do IPREM e apoiar em relação à suficiência e adequação de sua estrutura administrativa às



necessidades atuais da gestão e apoio na implementação das ações previstas para a certificação do Pró-Gestão RPPS, realização de pesquisa, estudos, diagnóstico e adoção de procedimentos para levantamento e identificação de fragilidades e inconsistências na concessão e gestão dos benefícios previdenciários pagos pelo IPREM. Além de prestação de serviços de consultoria, aplicando treinamentos específicos e manualizando as atividades inerentes ao Instituto, objetivando padronizar os procedimentos e evitar a descontinuidade qualificada em circunstância de realocação. Dentre outros serviços e estudos.

Programa 3004

Ação 8657 Compensação Financeira - Outros fundos de previdência:

Com os valores descongelados, foi possível realizar no ano de 2020 a compensação financeira com o INSS.

Ação 8660 Aposentadorias e Pensões:

Executado bem próximo do que foi previsto no PPA e no valor orçado para 2020.

8.2 GERENCIAMENTO DOS CONTRATOS

No que se refere aos contratos, o IPREM até o final de 2020 terminou o exercício com 37 contratos vigentes que somados totalizam o montante de aproximadamente R\$ 20 milhões.

Os contratos a partir de 2018 estão disponíveis no site do IPREM no item de Acesso à Informação: contrato e convênios. Os contratos mais antigos são os relacionados a vigilância e limpeza que mantém os serviços prestados desde 2015.

E 2016 foram firmados contratos com CIEE, empresa que administra a contratação de estagiários.

Em 2017 estão os contratos com Banco do Brasil, Mapfre Seguros na contratação de seguros, Camptência para os relógios de ponto, 99 taxi e Telefônica (hoje Vivo) para os serviços de rede e serviço telefônico comutado.

Em 2019 entram alguns contratos de serviços para melhorar a infraestrutura como outsourcing de informática, alguns serviços de manutenção, contratação de empresa certificadora para qualificação do IPREM ao Pró-Gestão. Este movimento de ajuste das



condições para adequação ao Pró-Gestão de tal forma que o IPREM fique habilitado a fazer seu processo de gestão de pagamento de benefícios de maneira integral resultou em contratação da FIA para levantamento e proposta de adequação aos requisitos de tal forma que o IPREM tenha qualificação para certificação.

Nesta esteira das melhorias de eficiência e processo entra a contratação da PRODAM para ajustes de sistemas, necessários à estratégia e proposta adotada em 2018-2019.

No exercício de 2020, tivemos novas licitações na área de manutenção e infraestrutura do prédio como manutenção de alarmes, locação de máquinas de café, prestação de serviços de motofrete e contratação de apoio administrativo.

Os contratos são acompanhados por seus respectivos fiscais pela entrega dos serviços e pela área de contratos. Além disso, a centralização do processo de autorização de pagamento faz com que os contratos sejam acompanhados em especial pela Superintendente.

8.3 GESTÃO DO SITE DA TRANSPARÊNCIA

O site da transparência do IPREM é uma ferramenta com plataforma de linguagem e hospedagem na internet, que prima pela facilidade de acesso às informações dentro de ambiente com adequada segurança dos dados. O site contém todas as informações previstas na legislação vigente.

Trata-se de uma facilidade que está ao alcance da maioria dos segurados, com dados atualizados, por meio da qual o segurado pode acessar as atas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, dados relativos à carteira de investimentos, cronograma da folha de pagamento, ouvidoria, contas públicas, legislação e demais documentos relativos à gestão do Instituto.

Muitas informações podem ser obtidas diretamente no site da transparência, pois ali são mantidas informações importantes sobre a gestão do Instituto.

9. CANAIS DE ATENDIMENTO

O atendimento para pedidos de pensão por morte é realizado diretamente no IPREM ou através do e-mail ipremagadapensao@prefeitura.sp.gov.br.

O atendimento aos servidores que querem se aposentar e aos aposentados são realizados nas secretarias onde está lotado.

O IPREM possui uma divisão de relacionamento que recebe as demandas dos segurados e é responsável por esclarecer e dar informações sobre serviços. Com este cenário



podem ser obtidas as informações sobre os atendimentos realizados no período analisado. Sendo assim verificamos os períodos de vale e pico e suas respectivas justificativas, os tipos de atendimento e os mais procurados que podem reorientar a entrega do produto e o tipo de atendimento.

SERVIÇOS	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	2020
2ª VIA DE HOLERITE	838	1105	1943
ALTERAÇÃO DE CONTA CORRENTE	57	40	97
ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO	332	210	542
ANTECIPAÇÃO DE 13º SALÁRIO	819	433	1252
ATUALIZAÇÃO DE CURATELA	15	23	38
BAIXA DE PENSÃO	60	51	111
CERTIDÃO DE DEPENDENTES	52	84	136
DECLARAÇÃO DE FAMÍLIA	174	110	284
INFORME DE RENDIMENTO	429	199	628
ORIENTAÇÕES DE PENSÃO	345	538	883
ORIENTAÇÕES E TROCA DE SENHA DO CONSIGNADO	623	755	1378
ORIENTAÇÕES GERAIS	1609	2315	3924
RECADASTRAMENTO E REGULARIZAÇÃO DE RECADASTRAMENTO	5339	1787	7126
Total Geral	10692	7650	18342

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresenta os principais temas de gestão do IPREM e será disponibilizado para acesso público por meio do site do Instituto.

Foi feito com a colaboração das diversas áreas envolvidas, que enviaram as informações contidas no relatório, pelas quais são responsáveis.

Em cada um dos itens analisados foi apresentado um conjunto de informações que permitem concluir que a Governança do IPREM está alinhada às boas práticas de governança corporativa, consegue evidenciar e deixar transparente os principais objetivos do instituto e atende aos requisitos apresentados pelo Manual do Pró-Gestão RPPS.